



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA-PB

Ref. Sessão: Plenária Ordinária Nº 679
Processo: Prot. 1108069/2019
Interessada: **MARCO AURELIO BEZERRA DINIZ**
Assunto: Solicita anotação de curso de Engenharia de Segurança do Trabalho.

DECISÃO PLENÁRIA Nº PL-91/2019

EMENTA: Nega provimento a solicitação requerida pelo profissional Eng. Civil **MARCO AURÉLIO BEZERRA DINIZ**, que trata de anotação de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PB, em sua Sessão Plenária Nº 679, de 05 de junho de 2019, considerando os termos do requerimento protocolizado pelo Engenheiro Civil MARCO AURÉLIO BEZERRA DINIZ, que solicita deste Conselho a anotação do Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, ministrado pela UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - Campus Rio de Janeiro, no período de 03.10.2016 a 25.11.2017, com carga horária de 660 horas; Considerando a existência de processos similares de solicitação de anotação de curso de Engenharia de Segurança do Trabalho na Modalidade EAD, ministrado pela UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES tramitados no âmbito deste CREA-PB já julgados pela Comissão de Engenharia de Segurança do Trabalho e PLENÁRIO, esclarecimentos por parte dos profissionais interessados, informando que não foram realizadas aulas presenciais e que o curso em tela foi feito na plataforma online da instituição de ensino; contando com material de vídeos e e-books e simulados; que ao final, foi realizada prova e entrega do TCC, para correção; Considerando o entendimento da Assessoria Jurídica do CREA/PB em outros processos que tratam da matéria "anotação de curso de engenharia de segurança do trabalho" ministrados pela citada Instituição de Ensino - Universidade Cândido Mendes – UCAM, na modalidade EaD (processos 1084358/2018, 1084306/2018 e 1084329/2018), em que a Assessoria Jurídica do CREA/PB, aponta como grave as declarações dos profissionais de que não houve qualquer defesa presencial do seu trabalho de conclusão de curso, o que indica grave descumprimento da Resolução Nº 1, de 8 de junho de 2007, do Conselho Nacional De Educação, a qual prevê: "Art. 6º Os cursos de pós-graduação "lato sensu" a distância, somente poderão ser oferecidos por Instituições credenciadas pela União, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Parágrafo único. Os cursos de pós-graduação "lato sensu" oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso. Ademais, o portal do MEC na rede mundial de computadores esclarece que: "10 - Os cursos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso" (<http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/pos-lato-sensu>); Considerando que os processos citados foram INDEFERIDOS pelo Plenário deste Conselho; Considerando que a oferta de cursos de Educação Superior na Modalidade à distância deve obedecer às disposições contidas na Resolução nº 1 do Ministério da Educação, de 11 de março de 2016, bem como no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 – até 25/05/2017 – e, desde então, no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamentam o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Considerando que o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, em seu art. 1º – até 25/05/2017 – e, desde então, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, em seu art. 4º, prevêem para os cursos ofertados na Modalidade à Distância a realização de atividades presenciais, tais como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos de conclusão e curso, as quais deverão ocorrer na sede da Instituição de Ensino, nos Pólos de Educação à Distância ou em Ambiente Profissional; Considerando o entendimento da Comissão de Engenharia de Segurança do Trabalho deste conselho, CEST, o qual acompanha a orientação da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia de Segurança do Trabalho – CCEEST, no sentido de analisar de forma criteriosa e aprofundada todos os casos de pedidos de Anotação de Cursos de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, com vistas a certificar-se sobre a regularidade da oferta dos mesmos, atendimento ao disposto no Parecer Nº 19/87 do Conselho Federal de educação (CFE), na



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA-PB

Lei Nº 7.410/85, e demais normativos legais anteriormente citados, em especial para o presente caso, aqueles normativos que regem a oferta de cursos na Modalidade à Distância; Considerando a documentação acostada aos autos pelo requerente em que foi constatado que o curso é ofertado por meio de terceirização firmada com outras instituições, no caso em tela o Grupo PROMINAS, e que nestes casos o MEC não reconhece e entende que é obrigatório haver um convênio devidamente homologado pelo órgão educacional (UCAM-RJ) e que não consta dos autos essa comprovação; Considerando que a Coordenadoria Nacional de Câmaras Especializadas de Engenharia de Segurança do Trabalho – CCEEST, tem o entendimento de não deferir momentaneamente as anotações de curso em Engenharia de Segurança na modalidade "EaD", em razão de uma série de irregularidades apontadas nas reuniões em anos anteriores e, no corrente ano, acerca das instituições de ensino; Considerando que o CREA-BA solicitou a UCAM-RJ em processos similares ao caso em tela o convênio homologando as instituições terceirizadas, inclusive, solicitou a homologação do Grupo PROMINAS com a UCAM-RJ; Considerando que apesar de reiteradas solicitações feitas pelo CREA-BA a UCAM-RJ, não atendeu a essas comprovações; Considerando que o mérito foi devidamente apreciado pela Comissão de Engenharia de Segurança do Trabalho, que após análise da documentação probatória e todo o exposto indeferiu o pleito; Considerando que em razão inexistência de Câmara Especializada da modalidade em tela o processo seguiu para apreciação em Plenário em conformidade com o art. 9º, Inciso 19; Considerando o parecer exarado pelo relator do processo com o teor: *"Trata o presente processo de solicitação de Anotação de Cursos e Títulos do Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, pelo Engenheiro Civil MARCO AURELIO BEZERRA DINIZ, registro Nº 160677113-2. Protocolo Nº. 1108069/2019.- Considerando que o profissional apresentou o Certificado de Conclusão e Histórico Escolar do Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho ministrado pela instituição de ensino: Universidade Candido Mendes (UCAM), com carga horária total de 660 horas aulas, no período de 03/10/2016 a 25/11/2017, via EAD;- Considerando que o requerente realizou o curso de pós graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Candido Mendes (UCAM), via EAD, localizada no Rio de Janeiro/RJ e apresentou a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelo Grupo Prominas, localizado no município de Timóteo/MG, não havendo no processo nenhum documento comprovando o vínculo institucional entre as duas universidades, deixando portanto de comprovar efetivamente a defesa presencial do TCC na universidade pela qual ministrou o curso de especialização;- Considerando que o Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, em seu art. 1º – até 25/05/2017 – e, desde então, o a realização de atividades presenciais, tais como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos de conclusão e curso, as quais deverão ocorrer na sede da Instituição de Ensino, nos Pólos de Educação à Distância ou em Ambiente Profissional;- Considerando a Deliberação Nº. 24/2019, da Comissão Engenharia de Segurança do Trabalho – CEST do CREA/PB pelo indeferimento do pleito, Considerando que não existe Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho no CREA/PB e que este processo deverá ser homologado pelo plenário do CREA/PB. Diante do exposto, somos de parecer pelo indeferimento da solicitação de Anotação de Cursos e Títulos do Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, pelo Engenheiro Civil MARCO AURELIO BEZERRA DINIZ, registro Nº 160677113-2. Este é o nosso parecer para discussão e aprovação do plenário do CREA/PB. João Pessoa, 05 de junho de 2019. Engenheiro de Minas/Segurança do Trabalho Luís Eduardo V. Chaves - Conselheiro Regional."* DECIDIU aprovar por unanimidade o parecer na forma apresentada. Presidiu a Sessão o Eng. Civil **ANTONIO CARLOS DE ARAGÃO**, Presidente do Conselho, estando presentes os Conselheiros Regionais: **JOÃO PAULO NETO, LUIZ DE GONZAGA SILVA, ALYNNE PONTES BERNARDO, THIAGO QUEIROGA BURITI, MARTINHO RAMALHO DE MÉLO, SÉRGIO BARBOSA DE ALMEIDA, ANTONIO DOS SANTOS DÁLIA, ANTONIO DA CUNHA CAVALCANTI, JOSÉ ARIOSVALDO ALVES DA SILVA, PAULO VIRGINIO DE SOUSA, FABIANO LUCENA BEZERRA, SUENNE DA SILVA BARROS, ORLANDO CAVALCANTI GOMES FILHO, FRANKLIN MARTINS P. PAMPLONA, LUIZ VALLADÃO FERREIRA, RUI FREIRE DUARTE, RENAN GUIMARÃES DE AZEVÊDO, LUIS EDUARDO DE VASCONCELOS CHAVES, FRANCISCO XAVIER BANDEIRA VENTURA, RONALDO SOARES GOMES, LEONARDO AUGUSTO A. DE MEDEIROS, MARCO ANTONIO RUCHET PIRES, WALDEMIR LOPES DE ANDRADE JUNIOR, TIAGO MEIRA VILLAR, SEVERINO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, JOÃO ALBERTO SILVEIRA DE SOUZA, ADERALDO LUIZ DE LIMA, ROBERTO**

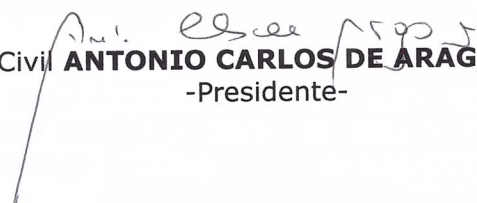


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA-PB

WAGNER CAVALCANTI RAPOSO, JOSÉ CESAR ALBUQUERQUE COSTA, do Suplente **LEANDRO LOPES DE AZEVEDO FREIRE**, representando regimentalmente o respectivo titular.

Cientifique-se e Cumpra-se

João Pessoa, 05 de junho de 2019

Eng.Civil  **ANTONIO CARLOS DE ARAGÃO**
-Presidente-